

# Leonor Beleza sobre a queda da Comissão: Espero que o que se passou não afecte a Agenda 2000.



Abrindo um Seminário realizado no Centro Cultural de Belém, sobre questões europeias e promovido pelo Instituto Francisco Sá Carneiro e pelo Grupo Parlamentar do PSD, Leonor Beleza afirmou:

**Não aceitamos que a substituição da Comissão represente um enfraquecimento da Coesão Económica e Social.**

Desenvolvimento na pág. 4

## Sem ética é uma vergonha



As palavras de Sá Carneiro perseguem-nos: *A Política sem risco é uma chatice e sem ética uma vergonha.*

No início parecia apenas chato: não se percebia bem se os socialistas queriam apoiar a Comissão ou apressar a sua queda para encher com mais uns *boys* um executivo pouco *rosa* para os seus gostos.

Começaram a chover as denúncias de má gestão e compadrio, sobretudo centradas em 2 Comissários: Cresson e Marin. Socialistas, pois então.

Vimos o PSE agitar-se, defender a Comissão, lutar pelos seus Comissários. Chegou mesmo ao absurdo — que então criticámos — de apresentar uma Moção de Censura para dar a confiança.

Quando surgiram mais nomes, fizeram o discurso da responsabilidade: Que cada um devia responder pelo que fez mal ou onde foi negligente.

Quando o Relatório do *Comité dos Sábios* encontrou apenas na socialista Cresson graves irregularidades de nepotismo e compadrio, tudo mudou. Já não bastava o apuramento individual de responsabilidades e toda a Comissão tinha de cair...

A 3 meses das eleições era necessária que a Comissão caísse para *salvar a face* da Senhora Cresson. A política sem ética...

*Carlos Miguel Coelho*

## A Reforma da ONU

Relatório de Eurico de Melo

pág. 2

## A Europa e a Cultura

Relatório e Intervenções de  
Helena Vaz da Silva

pág. 8

## O PSD e a crise da Comissão

Intervenção de Arlindo Cunha

pág. 3

## O PSD reclama e o PSD disse...

Intervenções de Arlindo  
Cunha, Manuel Porto, Helena  
Vaz da Silva e Mendes Bota

pág. 8

# Eurico de Melo e a Reforma da ONU



**O Eng. Eurico de Melo apresentou um importante Relatório sobre a Reforma da ONU que foi aprovado na Sessão plenária por unanimidade. Na ocasião afirmou:**

*Tem-se verificado, nos últimos anos deste século, uma acentuada tendência para a **globalização da política** tanto nas questões de segurança como nos assuntos económicos e sociais e na preservação do ambiente.*

*O tratamento a nível global de todas estas questões obriga a existência de uma organização mundial que seja capaz de propor regras de comportamento que, uma vez aceites, possam ser respeitadas e cumpridas.*

*O pequeno mal dessa organização talvez seja o de já ser quási histórica, não ter evoluído no âmbito das suas competências e na capacidade da sua actuação.*

*Refiro-me, naturalmente à **Organização das Nações Unidas** que, com grande mérito, tem tido papel relevante na solução de muitas questões e conflitos mundiais nestes últimos 50 anos.*

*Por estas razões, que não merecem contestação, estou convencido que **a ONU é o palco adequado para centralizar os esforços da Comunidade Internacional** com vista a fazer face aos desafios colocados pela mundialização.*

*Mas, para isso, é necessário que a ONU disponha dos meios necessários para uma eficaz gestão dos assuntos políticos a nível mundial, começando pela necessária “modificação da filosofia e da lógica das relações internacionais”*

*Nas questões de Paz e Segurança é preciso dotar a organização de “meios de acção eficazes”, cuja intervenção seja legitimada por um esclarecido “direito e dever de ingerência”.*

*A criação do **Tribunal Penal Internacional** foi um grande passo em frente, na medida em que “Instaura*

*a responsabilidade penal internacional do indivíduo”.*

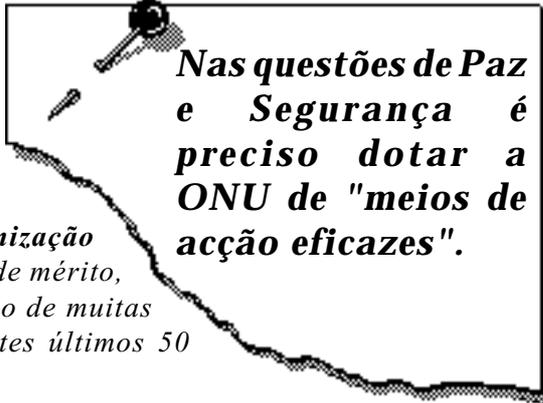
*O “Conselho de Segurança”, com uma composição refletida no desfecho da última guerra mundial, **deve ser reformulado** e reflectir os “equilíbrios geopolíticos actualmente existentes”.*

*Há a necessidade de introduzir uma “dimensão parlamentar” no sistema da Organização das Nações Unidas para que, deste modo, a Organização possa ganhar maior relevo perante os Parlamentos de todo o Mundo.*

*Com a mundialização da economia e a Liberalização do comércio e dos mercados financeiros assistiu-se à deslocação dos centros decisórios económicos das autoridades públicas para o poder económico.*

*Deste modo, as **grandes decisões para a economia mundial** são tomadas por um número restrito de sociedades mundializadas, fora do alcance de qualquer controlo democrático, muitas das vezes com consequências nefastas no campo social e na preservação do ambiente.*

*Torna-se, por isso, necessário impor uma direcção mais controlada à mundialização da economia.*



**Nas questões de Paz e Segurança é preciso dotar a ONU de “meios de acção eficazes”.**

*Será bom e útil, para respeito internacional destes princípios, a criação de um Conselho de Segurança Global que coordene e controle os problemas, não só da segurança, mas também, os problemas do desenvolvimento económico, de justiça social e de protecção do ambiente.*

*No que respeito pela Universalidade dos Direitos do Homem e dos deveres de liberdade, solidariedade e justiça, a ONU, e todas as Nações que a integram, devem ser obrigadas a colocar estes princípios como condição indispensável a qualquer tipo de contrato entre as Instituições e os Estados.*

*Não queremos deixar de reafirmar o nosso apoio à criação da Agência Mundial do Ambiente e, por seu intermédio, a reafirmação e consolidação de uma política de defesa do ambiente nas relações internacionais.*

# Arlindo Cunha e a crise da Comissão

Estamos hoje perante um dos mais importantes debates políticos do Parlamento Europeu nesta legislatura. Mas o que é curioso é que ele não resulta de uma avaliação sistemática continuada e metódica à actividade política e de gestão da Comissão Europeia, mas daquilo a que poderemos chamar de um incidente fortuito.

O incidente fortuito foi a ideia de criar uma Comissão de peritos independentes como solução para sair da crise criada pela não aprovação pelo Parlamento das contas de 1996.

O trabalho dessa Comissão merece todo o nosso respeito, até pelo esforço que implicou fazer tanto trabalho num espaço de tempo tão curto. Mas tal apreço não pode fazer esquecer que ele incidiu sobre meia dúzia de actos de gestão que, no seu conjunto, representam menos de 1% do orçamento anualmente gerido pela Comissão.

Nas suas conclusões não são detectados quaisquer envolvimento directos de Comissários em actividades fraudulentas. E apenas ficou provado um caso de nepotismo objectivo por parte de um dos Comissários.

O que é polémico no relatório é a conclusão extraída no último parágrafo de que, apesar da diluição da responsabilidade política observada durante o inquérito, tem que ser assacada tal responsabilidade aos Comissários enquanto órgão colegial.

Face a tal conclusão (na minha opinião mais merecedora de um apelo a uma reforma institucional séria do que a um libelo acusatório de carácter geral), a Comissão Europeia não tinha outra solução senão demitir-se. Fê-lo com dignidade. E, por isso, saúdo-a daqui na pessoa do seu Presidente Jacques Santer.

Esta crise veio na pior altura, quando a União se encontrava na fase final da negociação da Agenda 2000, de cujas opções depende em boa parte o nosso futuro colectivo, e em particular o dos países da coesão (como o meu próprio), o dos futuros membros da Europa Central e Oriental e o dos nossos agricultores.

Por isso esta crise indesejável deveria ter sido evitada, até por estarmos a escassos meses do final do mandato desta Comissão.

O frenesim de certas forças em querer abater a Comissão faz-me legitimamente criar suspeitas de que aos seus interesses (nacionais, regionais ou outros) conviria uma Comissão fraca. Porque **com uma Comissão fraca é teoricamente mais fácil fazer prevalecer certas teses minimalistas sobre o futuro da União.**



Penso que seria mais razoável manter esta Comissão em gestão, porque conhece bem os dossiers em negociação e daria, por isso, garantias de uma negociação mais rápida e mais equilibrada.

Estamos, porém, abertos a outras soluções que sejam razoáveis. O importante é que o ritmo e o equilíbrio da negociação da Agenda 2000 não sejam afectados e não sejam postos em causa os interesses estratégicos da União Europeia.

**O importante é que o ritmo e o equilíbrio da negociação da Agenda 2000 não sejam afectados.**

Quero, a terminar, dizer que sou contra um segundo relatório do Comité. **Precisamos de uma Comissão forte em que a responsabilidade política prevaleça sobre a burocracia.** Precisamos de um Parlamento activo nas suas funções de controle orçamental e precisamos de um organismo que lute eficazmente contra a fraude.

Se o que temos agora não chega, então temos que proceder às reformas necessárias. Mas não podemos perpetuar soluções excepcionais. **É tempo de as instituições funcionarem e de assumirem as suas responsabilidades políticas.**



Já pode ver a **Carta da Europa** na Net no site do PPE



Na concorrida Sessão de Abertura do Seminário do CCB, **Leonor Beleza** (na foto, acompanhada pelo Líder parlamentar Luis Marques Mendes e por Arlindo Cunha, Coordenador do Grupo Europeu do PSD) afirmou:

A UE condiciona hoje, de forma cada vez mais nítida, a vida dos cidadãos portugueses, o funcionamento das nossas instituições, o que somos e como nos sentimos.

A questão não se resume ao equilíbrio de poderes entre as instituições europeias e à análise simplista de que **o Parlamento ganhou e a Comissão perdeu**. A verdade é que há hoje uma maior consciência sobre o que se passa ao nível europeu e há uma **exigência legítima de maior transparência, democraticidade e responsabilidade** que deve ter expressão em todas as instituições europeias: da Comissão ao Parlamento, do Conselho ao Tribunal de Contas, do Conselho Económico e Social ao Tribunal de Justiça.

Como futura Deputada europeia serei firme neste combate, reclamando maior transparência, democraticidade e responsabilidade;

Quer no Parlamento Europeu quer nas outras instituições europeias.

Há um défice democrático que nos preocupa muito. Um **defíce de Coesão Económica e Social**. Um défice de investimento e de esforço. Um défice de espaço para a Coesão no discurso e nas prioridades políticas.

Num momento em que parecem crescer os egoísmos nacionais e quando o alargamento se arrasta há que colocar novamente na ordem do dia a **Coesão Económica e Social**. Sem ela não teremos uma Europa Unida mas diversas Europas a muitas velocidades e o projecto europeu tal como foi defendido e construído até aqui perde sentido e tenderá a diluir-se em conflitos insanáveis e tensões insuportáveis entre os Estados e os povos da Europa.

A discussão da Agenda 2000 tem aliás assumido um carácter de mero exercício contabilístico, sem fôlego e sem os olhos postos no desígnio da construção europeia: é bem o reflexo da falta de liderança dos últimos anos numa Europa onde 11 dos 15 Primeiros-Ministros são socialistas.

**Portugal é hoje membro da União Económica e Monetária.**

**Foi um dos grandes objectivos estratégicos dos Governos do PSD.**

**Esperemos que outros não estraguem o esforço que fizemos para hoje estarmos no "pelotão da frente".**

A UE só faz sentido enquanto projecto político de proximidade e partilha de interesses e políticas entre os Estados e os cidadãos da Europa.

A UE só faz sentido como um projecto comum e sentido pelos cidadãos da Europa.

Para mim, só faz sentido enquanto projecto composto, participado e sentido pelos cidadãos portugueses.

*A nossa candidatura ao Parlamento Europeu destina-se a dar voz aos interesses de Portugal e dos Portugueses.*

*Portugal está hoje no pelotão da frente da construção europeia – e queremos mantê-lo no núcleo central da Europa, na linha do que foi e é a prática do PSD.*

*Mas os Portugueses são ainda Europeus de segunda porque estão, de facto, bem longe das oportunidades que tão bem sabem ao alcance doutros membros do clube a que pertencemos.*

*O presente e o futuro dos Portugueses joga-se hoje em múltiplas dimensões: mais do que nunca, somos afectados pelas instituições europeias como pelas que nos são próprias, pela capacidade de realizar aqui, em Portugal, como pela capacidade de conhecer e aproveitar as oportunidades que a União Europeia neste mundo de globalidade nos proporciona.*

*Eu não vou para o Parlamento Europeu para ser Presidente do que quer que seja ou para ensinar os outros a construir uma Europa forte, dotada de um Governo e de um exército que, em igualdade com os Estados Unidos da América, imponha a sua influência sobre o Mundo.*

*Eu vou para o Parlamento Europeu para que a construção da Europa se faça em solidariedade e em coesão para todos os seus cidadãos e todas as suas cidadãs. Eu vou para o Parlamento Europeu para que os Portugueses estejam e se situem mais perto da Europa de que passam a vida a ouvir falar mas que ainda sentem lá longe e fora do alcance dos seus direitos, fora do alcance das suas capacidades.*

*Sabemos hoje bem e melhor do que antes que a Europa ou se constrói com os seus cidadãos ou estes a olham muito mais como uma ameaça do que como uma imensa oportunidade. Sabemos como à primeira dificuldade medra o eurocepticismo, as pessoas se afastam, os Governos receiam e recuam.*

## **Leonor Beleza: (encerramento do Congresso do PSD)**



*A coesão económica e social, de que o PSD no Governo e na oposição sempre fez e faz uma sua bandeira fundamental, tem de ser entendida no coração da construção da União Política na Europa. A coesão económica e social não é uma simples questão de mais ou menos fundos, de ajudas ao desenvolvimento estrutural de regiões ou de países, de compensações por desvantagens específicas ou de contributos para o rendimento dos agricultores.*

*Os Governos têm de saber que podem contar com a solidariedade dos outros quando surgirem problemas. Agora, mais do que nunca, e justamente também por causa da União Monetária, a coesão económica e social é um tema crucial da construção da Europa.*

*Quero desde já tornar bem claro: quando como deputada europeia for chamada a votar para o Presidente do Parlamento Europeu, se o Dr. Mário Soares for candidato a tal lugar, ele terá o meu voto. Para mim, na política, os interesses de Portugal estão acima dos de qualquer conveniência político-partidária. Fá-lo-ei tanto mais à vontade quanto mais Portugueses tiverem votado na nossa lista.*

*A mesma regra aplicarei sempre que um português credível seja candidato a lugar que dependa do meu voto.*

*... - queremos mais Europa, sim, mas nunca à custa da coesão económica e social, nunca à custa dos Países mais pequenos, nunca à custa de relegar os Portugueses para cidadãos de segunda.*



## **Arlindo Cunha: Duplicar a área reservada aos pesca- dores nacionais de cada Estado-Membro**

Arlindo Cunha defendeu “*o alargamento de 12 para 24 milhas do limite da área de pesca reservada aos pescadores nacionais de cada Estado Membro*”.

Na sua intervenção referiu que “*a experiência revela que o sector da pesca é fértil em conflitos entre comunidades piscatórias para acesso aos recursos pesqueiros e, designadamente entre comunidades de países vizinhos. O caso de Portugal e Espanha é a este respeito bem ilustrativo*”. Para minimizar esta conflitualidade potencial, prosseguiu Arlindo Cunha, a Política Comum das Pescas “*desde sempre reservou uma determinada área do mar territorial dos Estados Membros da União Europeia para pesca exclusiva das comunidades locais. Esse limite foi fixado em 6 milhas em 1972, tendo passado para 12 milhas em 1983, no contexto do actual regulamento base da Política Comum das Pescas*”.

Sucede, porém, que a validade desta medida termina em 31 de Dezembro de 2002. Se nada fosse feito aplicar-se-iam os princípios do mercado único, com o correspondente livre acesso aos recursos haliêuticos de todas as águas da União Europeia. Arlindo Cunha defende que isso “*seria muito mau para a actividade da pesca artesanal, que desempenha uma função económica e social da maior importância em muitos Estados Membros, a começar por Portugal*”.

Na sequência destas posições, O PE aprovou **o alargamento de 12 para 24 milhas da área de pesca exclusivamente reservada aos pescadores nacionais de cada Estado Membro**.



## **Manuel Porto reclama menor concentração dos investimentos em C&T**

Conforme é bem sublinhado na Comunicação da Comissão “*o desenvolvimento tecnológico é um factor fundamental do desenvolvimento endógeno das regiões mais desfavorecidas e de redução das disparidades regionais*”.

Pelo contrário, a sua promoção apenas num ou dois locais (já mais favorecidos) constitui um

motivo decisivo de agravamento dos desequilíbrios.

Os números portugueses falam só por si, com a concentração em Lisboa de 65% das verbas destinadas a investigação e desenvolvimento tecnológico, 82% da investigação do Estado, bem como ainda a maior parte das verbas comunitárias. Não há assim uma ligação à actual actividade produtiva (o distrito de Lisboa tem 25% do PIB agrícola e florestal) nem às potencialidades existentes, para já não falar no interesse social e político que poderá ser visto (por certo não por todos) num desenvolvimento regional equilibrado do nosso país.

Uma implantação equilibrada dos mecanismos de apoio, junto de actuais e potenciais utilizadores, constitui ainda garantia de adequação às necessidades do país e de uma desejável maior cobertura pelas empresas das despesas que são feitas.



## **Helena Vaz da Silva reclama mais igualdade entre homens e mulheres**

É preciso:

- uma organização social que permita às mulheres fazer as suas escolhas de vida em liberdade. Ou seja: creches, apoio escolar, apoio domiciliário, apoio médico, horários de comércio, flexibilidade de regime laboral, tele-trabalho.

- educar desde cedo para a paridade e para a paz. Ou seja: formar os educadores e reformar os currículos escolares desde a pré-primária para que os homens e mulheres de amanhã se relacionem desde cedo de outro modo uns com os outros e com o mundo à volta, excluindo a violência do seu dia a dia.

A participação das mulheres nas responsabilidades públicas é precisa para a saúde da democracia. Mas ela não se pode fazer a precisar de protecção contra os homens nem apesar dos homens, mas sim com eles, sempre.

As quotas são um recurso de ocasião que resurgem sobretudo em altura de eleições e são solução que nunca apoiarei porque as mulheres não são uma minoria a precisar de protecção. Apoio sim, medidas de discriminação positiva no emprego - até se atingir o nível que corresponda aos 52% da população que elas são.



## **Manuel Porto: A Economia da UE na chegada do Euro**

*O Relatório Económico Anual de 1999, primeiro ano de funcionamento do euro, realça o progresso que foi conseguido na medida em que “uma cultura de estabilidade e um quadro orientado de estabilidade estão agora firmemente estabelecidos na União”.*

*A convergência nominal exigida pela Tratado de Maastricht para se entrar no euro (chegando-se a “um baixo nível histórico da inflação e das taxas de juro” e ao “saneamento da situação orçamental”) não pôs em causa as taxas de crescimento das economias, de 2,7% em 1997 e 2,9% em 1998, tendo havido além disso, em relação ao quinquénio anterior, uma melhoria no emprego, com 5,1 milhões de postos de trabalho criados entre 96 e 2000, depois da diminuição de 4,6 milhões entre 91 e 95.*

*O êxito verificado deu-se aliás num período de instabilidade mundial, na Ásia, na Rússia e mais recentemente na América Latina (com 20% da economia mundial em recessão e 10% próximo dela). O que contribui para a revisão em baixa que está agora a ser feita, em relação ao ano de 1999. Mas não se pondo em dúvida, com os resultados gerais conseguidos, o acerto da caminhada para a UEM, o que se exige é que sejam levadas a cabo políticas rigorosas e realistas.*

*Entre outros aspectos, deverá merecer sem dúvida uma atenção especial o papel de investimento público, quando, por exigências do Pacto de Estabilidade e Crescimento, não pode ser aumentado o déficite orçamental. Seria de todo o interesse efectuar uma análise conducente a uma definição harmonizada e coerente de investimento público para toda a União Europeia”, podendo o seu aumento “implicar uma reorganização das despesas públicas”.*



## **José Mendes Bota sobre as redes transeuropeias de transportes:**

*Dos 14 projectos prioritários de redes transeuropeias de transportes, definidos pelo Conselho Europeu de Essen, 3 estão em fase de acabamento, 6 em processo de concretização até ao ano 2000, e 5 encontram-se em estado de total indefinição, quer quanto ao calendário, quer quanto ao respectivo custo e financiamento. É o caso da ligação multimodal de Portugal e de Espanha com a Europa.*

*Inicialmente, tinha ficado definido um projecto muito concreto, quantificado e preciso: a construção da auto-estrada Lisboa-Valladolid. Em 1996, com a chegada ao*

*poder do PS, mudaram as orientações, Madrid alinhou, e a União aprovou no Conselho de Dublin, a nova filosofia multimodal, com a qual, aliás, concordamos.*

*Só que, aquilo que podia ser um envelope financeiro para um projecto bem determinado no espaço e no tempo, passou a ser um projecto difuso, com vários corredores multimodais, abrindo as portas a um conjunto mais diversificado de infra-estruturas de transporte, mas de contornos incertos, e de financiamento indeterminado.*

*Passados dois anos e meio, desconhecem-se que projectos concretos de ligações multimodais de Portugal e de Espanha já foram apresentados em Bruxelas, que estudos de impacto económico ou ambiental, quais os seus custos e fontes de financiamento.*

*Para que haja um projecto intermodal, é preciso definir a plataforma. A construção ou não de um novo aeroporto, a Norte ou a Sul de Lisboa, condiciona tudo. Até quando? A indefinição e a hesitação marcam o sinal dos tempos.*

*Em particular, regiões como o Algarve e a Andaluzia, não podem satisfazer-se em figurar no mapa, mas na prática, a ficarem por muito tempo fora dos corredores de ligação à Europa. A ferrovia do Sul de Portugal é a pior da Europa, falta-lhe a ligação a Sevilha e a conexão com o aeroporto de Faro. A auto-estrada Lisboa-Algarve, a 2ª fase da Via do Infante e a ligação Ayamonte-Sevilha, não podem deixar, a curto prazo, completar uma rede rodoviária de padrão europeu.*



## **Arlindo Cunha : sobre o Acordo com a África do Sul**

*O acordo sobre desenvolvimento comercial e cooperação com a África do Sul merece-nos todo o apoio, visto contribuir para o aprofundamento das relações entre a União Europeia e o grande espaço social e económico da África Austral, o qual constitui uma das grandes esperanças para o futuro da humanidade.*

*Este acordo, porém, só faz sentido se for realizado no pleno interesse de todas as partes. Ora, sucede, que alguns dos interesses das partes não estão acautelados.*

*É, especificamente o caso do vinho do Porto, em que tem de ficar absolutamente claro que a África do Sul não poderá produzir nem comercializar qualquer vinho com esse nome após o fim do período transitório. O vinho do Porto é uma denominação de origem portuguesa, constituindo pois um direito de propriedade registado que não pode ser usurpado.*

*Tem de ficar claro no texto do acordo ou em declaração anexa. E a ajuda de 15 milhões de Euros concedida pela UE só faz sentido se for dirigida à reconversão destas vinhas para vinhos de mesa, ou para o abandono da actividade.*



## Helena Vaz da Silva defende os artistas

A Deputada Helena Vaz da Silva viu aprovado pela Sessão Plenária o seu Relatório sobre os artistas na UE que continha diversas Recomendações quer aos Estados-Membros quer às instituições europeias. Na altura afirmou:

*Chega-se ao fim de um longo processo de contactos e consultas com os sectores artísticos dos diferentes países da Europa.*

*O terreno estava quase virgem. Nem os Estados Membros parecem conscientes da possível contribuição dos seus artistas para a sua própria qualidade de vida, nem os artistas parecem motivados para sair do seu próprio círculo e conhecerem outras práticas e outros países. Não só as legislações nacionais respeitantes ao estatuto dos artistas são dispersas e incompletas como não tem havido qualquer esforço de articulação entre os Estados Membros para facilitar a circulação dos artistas, das obras e das produções.*

*O que aqui se fez foi identificar problemas e enunciar possíveis linhas de acção política futura. Ao ter a iniciativa deste Relatório a Comissão Cultura quis pôr nas mãos das instituições europeias - no momento crucial do alargamento e da definição de um novo quadro político-financeiro - um instrumento político que será explosivo se o souberem usar.*

*Uma política coordenada e contínua de apoio e promoção da criação e da educação artística pode ser o elemento que faltava para a sociedade europeia dar o salto para o século XXI. O combate à violência e à exclusão passam por aí.*

---

## Helena Vaz da Silva e as Capitais Europeias da Cultura

*O programa Capital Europeia da Cultura é uma história de sucesso. Tornou-se para os Estados Membros o seu melhor cartão de visita.*

*A Comissão apresentou uma proposta de comunitarização do programa que o Parlamento reforçou em Maio de 1998 exigindo co-decisão para a escolha e a candidatura directa das cidades baseada em critérios culturais sólidos.*

*Para o Parlamento era essencial associar o maior número de agentes culturais às celebrações, instigar formas de cooperação duradoura, fomentar a criação e a circulação das obras, valorizar ao mesmo tempo o património histórico e o design urbano, abrir as iniciativas a um público vasto e evitar o eurocentrismo, associando ao máximo as culturas não-europeias.*

*Procurava-se garantir que o programa contribuiria para uma real mudança na qualidade de vida das cidades, para além do período dos festejos.*

*Os Governos conseguiram guardar para si o poder de definir uma rotatividade entre Estados Membros que terão direito a candidatar cidades; o Parlamento Europeu viu consagrado o princípio da candidatura directa das cidades, dentro desse sistema. Os Governos aceitaram o princípio de fazer assentar a escolha em critérios culturais, com base nos pareceres de um júri paritário e do Parlamento como o Parlamento Europeu pretendia.*

## Carlos Coelho pergunta à Comissão se... nas pescas, o crime compensa ?

Carlos Coelho perguntou, de forma dura, à Comissão se na Política Comum de Pescas o crime compensa.

O Deputado social-democrata recordou que os Planos de Orientação Plurianual das Pescas (POP) estabelecem objectivos de adequação da capacidade das frotas aos recursos pesqueiros para cada um dos Estados-Membros. Ora, como uns cumprem, reduzindo a sua frota (caso de Portugal) e outros até a aumentam (caso da França, Holanda ou da Itália), está a assistir-se a uma situação inaceitável de distorção da concorrência por não penalização dos prevaricadores.

Carlos Coelho insurgiu-se contra o projecto de regulamentação apresentado pela Comissão que estabelece uma lista dos tipos de comportamento que infringem gravemente as regras da Política Comum de Pescas e de que está omissa o incumprimento dos POP's e requereu que, com urgência a Comissão responda à seguinte questão:

*“Considerando que esta questão comporta comportamentos que infringem gravemente as regras da Política Comum de Pescas, penaliza quem cumpre e premeia de forma perversa o incumprimento das normas comunitárias, pergunto à Comissão por que razão não deu ainda seguimento à recomendação do PE (Resolução A4-0046/98 - Relatório Cunha que tinha recomendado à Comissão a necessidade da criação de um normativo jurídico capaz de obrigar os Estados-Membros ao cumprimento das metas dos POP), se o pensa fazer e em que termos”.*

## CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luis Fernandes**

rue Wiertz - LEO 13E153 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551